



A PAIXÃO PELA HISTÓRIA: SABER E COMUNICAÇÃO

ESTUDOS DE HOMENAGEM A MARIA JOSÉ FERRO TAVARES

JOÃO LUÍS CARDOSO, JOSÉ DAS CANDEIAS SALES, ANA PAULA AVELAR [EDS.]

A PAIXÃO PELA HISTÓRIA: SABER E COMUNICAÇÃO

ESTUDOS DE HOMENAGEM A MARIA JOSÉ FERRO TAVARES

JOÃO LUÍS CARDOSO, JOSÉ DAS CANDEIAS SALES, ANA PAULA AVELAR [EDS.]

UNIVERSIDADE ABERTA | LISBOA 2024

TÍTULO

*A PAIXÃO PELA HISTÓRIA: SABER E COMUNICAÇÃO.
ESTUDOS DE HOMENAGEM A MARIA JOSÉ FERRO TAVARES*

CAPA

"Alegoria da História", alusiva à Academia Real da História Portuguesa. Gravura sobre cobre de Pedro de Rochefort, Lisboa, 1739. Reprodução de exemplar do original setecentista. Coleção particular.

EDITORES

JOÃO LUÍS CARDOSO, JOSÉ DAS CANDEIAS SALES, ANA PAULA AVELAR

EDITOR

UNIVERSIDADE ABERTA

COLEÇÃO

CIÊNCIA E CULTURA, N.º 29

PRODUÇÃO

SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DIGITAL

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS

GRAFICAMARES, LDA

ISBN: 978-972-674-976-9

DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.34627/UAB.CC.29](https://doi.org/10.34627/UAB.CC.29)

D.L.: 540011/24

ANO: 2024

Este livro é editado sob a Creative Commons Licence, CC BY-NC-ND

De acordo com os seguintes termos:

Atribuição - Uso Não-Comercial - Proibição de realização de Obras Derivadas.

Os artigos publicados neste volume são da inteira responsabilidade dos seus autores, incluindo o uso do Acordo Ortográfico de 1990.

4

AS ANTAS, MARCADORES SIMBÓLICOS DAS PAISAGENS E DOS TERRITÓRIOS MEDIEVAIS

DOLMENS, SYMBOLIC MARKERS OF MEDIEVAL LANDSCAPES AND TERRITORIES

Rui MATALOTO
ID: 0009-0009-9849-9279
[Município de Redondo]
rmataloto@gmail.com

João Luís CARDOSO
ID: 0000-0003-2234-2266
[UAb]
cardoso18@netvisao.pt

RESUMO

Os monumentos megalíticos marcaram de forma indelével a paisagem do território actualmente português, constituindo um sinal de perenidade através dos tempos. Este sentido de permanência conduziu à sua utilização como marcos territoriais ao longo dos tempos, especialmente em épocas de verdadeira “refundação” da paisagem. Pretende-se aqui compilar diversos exemplos de época medieval do território alto-alentejano, onde, fosse na definição dos termos municipais ou na delimitação fundiária das grandes propriedades, foram tais monumentos assim utilizados, demonstrando o aproveitamento daquelas estruturas ancestrais para finalidades práticas, dada a sua visibilidade na paisagem e as particularidades que os individualizavam. No final, aborda-se um “caso de estudo” com base em observações mais recentes, de natureza religiosa que abrirá o caminho para a futura “Arqueologia”.

Palavras-chave: antas; marcadores simbólicos; paisagens medievais.

ABSTRACT

Megalithic monuments have left an indelible mark on the landscape of what is now Portugal, constituting a sign of permanence throughout time. This sense of permanence has led to their use as territorial landmarks throughout time, especially in periods of true “refoundation” of the landscape. The aim here is to compile several examples from the medieval period in the Alto Alentejo region, where, whether in the definition of municipal boundaries or in the land demarcation of large properties, such monuments were used in this way, demonstrating the use of these ancestral structures for practical purposes, given their visibility in the landscape and the particularities that individualized them. Finally, a “case study” is addressed based on more recent observations, of a religious nature, which will pave the way for future “Archaeology”.

Keywords: dolmens; symbolic markers; medieval landscapes.

1. TRAÇAR FRONTEIRAS, CRIAÇÃO DE PAISAGENS

Os meados do século XIII correspondem a período conturbado da História nacional. Por um lado, agrava-se a tensão interna que culminará na guerra civil 1245-1248 que levou à excomunhão e deposição de D. Sancho II e ascensão de D. Afonso III; por outro, será concomitante a notável expansão territorial, com o avanço sobre todo sul do país. A base da disputa desenrolou-se em torno da centralização do poder régio, e consequente limitação do poder e possessões quer do Clero quer da Nobreza. Efectivamente, o futuro D. Afonso III jurou em Paris respeitar os foros escritos e não escritos estabelecidos pelos seu avô e bisavô, de modo a assegurar o apoio do Clero, da Nobreza e dos Concelhos. É importante sublinhar este aspecto pela relevância que teve em futuras delimitações consignadas em forais e outros documentos régios.

Será durante o reinado de D. Sancho II que, depois do desaire de Elvas em 1226, se desenrolará o avanço militar em território alentejano, com auxílio das Ordens Militares e em concomitância com o avanço leonês, que acabou por provocar o abandono de Elvas em 1229 e conquista de povoações como Moura e Serpa em 1232, Beja, 1232-1234, Mértola, 1238, ou Tavira provavelmente já em 1242.

Assim, no decurso da segunda metade do século XIII, observa-se, no Alentejo, à consolidação da conquista cristã e a uma efectiva apropriação do território, que se irá fazer através da outorga de terras e cartas de Foral, por D. Afonso III e por D. Dinis, traçando-se então a malha fundiária que ainda hoje rege o território alentejano.

Esta realidade irá inscrever-se no território, definindo limites concelhios que se mantiveram via de regra até aos nossos dias. Apesar de tal ocorrer sobre um território controlado há escassas dezenas de anos e pouco povoado – justamente o facto que se procurava inverter –, este processo de delimitação de fronteiras, tal como o processo toponímico que lhe vemos associado, evidencia um conhecimento directo do território, que foi efectivamente calcorreado, e meticulosamente reconhecido, num acto de evidente apropriação da Paisagem.

O território terá sido assim assimilado a paisagem que se assumiu desde logo, como ancestral, como fica patente na integração de diversas antas, penedos e cabeços como marcas delimitadoras irrevogáveis.

A delimitação de fronteiras, enquanto acção criadora de Paisagem, com a integração de elementos naturais e de origem antrópica de reconhecida origem ancestral é fenómeno conhecido desde antes da fundação da nacionalidade portuguesa, encontrando-se bem estudado na Galiza, onde a análise aprofundada de muita da documentação medieval permitiu verificar um uso reiterado de sepulcros pré-históricos como delimitadores de propriedades, mas igualmente de freguesias, ao ponto de se ter desenvolvido a designação de *megalitos de término* (Martíñon-Torres, 2001).

Continua a faltar um estudo sistemático da documentação medieval portuguesa orientado para a inventariação das ocorrências pré-históricas integradas e descritas na documentação de termos medievais. Todavia, um breve repasso pelas grandes compilações de fontes, como a *Portugaliae Monumenta Historica* ou os livros de Chancelaria de D. Afonso III¹ deixam clara indicação de como estes terão sido reconhecidos e utilizados de modo frequente. Se aqui se irão tratar alguns casos referentes ao território centro alentejano, onde um de nós (R.M.) tem centrado a sua análise, de modo idêntico encontramos interessantes referências, algumas bem mais antigas, à utilização destes monumentos como marcos delimitadores, como a carta de foro dada por D. Afonso Henriques, em 1162, aos povoadores de Castelo de Mós, em cuja delimitação menciona “*inde a Anta do Serro Dumasouto*” (Livro de Chancelaria de D. Afonso III, na transcrição de Ventura e Oliveira, 2011: 49); também na Carta de Foral de Roalde, hoje concelho de Sabrosa, D. Sancho I, em 1208, assinala na delimitação do termo “*et ferit in annta da Cabeça da Loura*”; ou ainda na Carta de Foral de Gouvães, Vila Pouca de Aguiar, concedida por D. Afonso III em 1257 onde se menciona “*ad Anta de Saugueyro*” (Ventura e Oliveira, 2011: 81). Fica pois patente que a designação de Anta a estes sepulcros não é apenas muito

¹ Aqui consultados na versão de Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006 e 2011.

antiga, como se utiliza em todo o território português, sendo também geral a sua utilização como marco delimitadores, deixando entender a sua perenidade e identidade na Paisagem.

A Guerra Civil que se viveu em Portugal em meados do século XIII, onde se confrontavam duas visões do Estado e do Poder do Rei, e a necessidade de respeito pelos antigos foros e privilégios, impôs constrangimentos adicionais sobre as novas transacções de terras e especialmente sobre as novas delimitações concelhias. Efectivamente, o flanco oriental de Portugal tinha-se mostrado frágil durante a Guerra Civil, especialmente agora que um ainda mais poderoso vizinho ali emergia, com a união das Coroas de Castela e Leão em 1230. Assim, o processo de fundação de novas povoações fortificadas, com a delimitação de novos concelhos de origem régia irá transformar o território alentejano da raia nos tempos de D. Afonso III e de D. Dinis, desbravando uma paisagem que então se reconhece e delimita.

2. ANTAS ALENTEJANAS NA DOCUMENTAÇÃO MEDIEVAL

O foral de Monsaraz², na delimitação do qual, em 1276, além de se mencionarem diversas penedias, ribeiras e cabeços, alguns dos quais mantêm o mesmo topónimo, como Degebe, Zambujal, Travessa, Çiada (Asseada) ou Redondo, é particularmente interessante na passagem onde uma anta é mencionada como marco delimitador: “et de ipso marco comodo atravessat ipsam carrariam et supradictam moutam et vadit ad quasdam antas de una arca de tempore antico et ipsa arca stat pro marco”³. Esta passagem assume de grande interesse, por um lado pelo reconhecimento do monumento dolménico como construção de tempo antigo, ou seja, a percepção de uma Paisagem longeva, ancestral, cuja apropriação se pretende agora fazer pela identificação de elementos conspícuos. Por outro lado, apresenta grande interesse linguístico pela diferenciação que faz entre “antas”, sinónimo de esteios, e “arca”, a construção antiga, recordando-nos que “*antae*” em latim eram as pilastras de ambos lados de uma porta. De há muito se propõe que este sepulcro deveria corresponder à Anta do Viseu (Leisner e Leisner, 1951: 312), hoje situada já no concelho de Évora por escassas centenas de metros. Efectivamente, dos sepulcros cujo conhecimento chegou até nós, poucos poderiam ser associados ao mencionado no foral, dada a sua localização no extremo dos concelhos, e entre as estradas antigas de Évora para as Perolivas ou para Monsaraz, sabido que era então ainda inexistente a povoação de Reguengos.

Outro documento medieval, a Carta de aquisição da Herdade do Esporão, constante do Livro dos Bens de D. João de Portel (1267) assinala diversas realidades antigas, tornando bastante evidente o profundo esquadriñar que o Homem medieval efectuou do território. Tal como a própria toponímia indica, este conhecimento da paisagem é ancestral, anterior à conquista portuguesa, revelando um conhecimento detalhado do território assente em marcas de antiguidade que se incorporaram nas novas delimitações administrativas. Na delimitação acima referida, menciona-se a presença da “*Cabeça da Anta*”, mas igualmente uma “*mamoia redonda*” que se encontra sobre a “*represa da Argamassa*” (terminando por mencionar o “Castelo Vello” dito do “*Udigebe*” (Azevedo, 1906-1910 [2003], p. 43). Além destas referências assinala-se a criação de outras, como marcos e cruzeiros em penedos. Recentemente, algumas tentativas foram feitas para certificar diversas ocorrências referidas por J. Pires Gonçalves, que nos chegaram por Georg e Vera Leisner (1951: 204). Já os investigadores alemães as não viram, recorrendo a informações daquele, que se socorreu, apenas, de informações antigas. Crê-se que tanto a Anta de Vale Castelo, ainda com restos de mamoa, como a Anta 1 do Esporão (Mataloto e Pereira, n.p.), bastante bem conservada, poderiam efectivamente ter correspondido a estas menções dada a sua adjacência aos limites da Herdade do Esporão.

O trabalho de campo em Reguengos de Monsaraz permitiu verificar que os sepulcros megalíticos terão sido com frequência incorporados na delimitação de diversas herdades, como ficou patente nos limites da herdade do Passo (Anta 5 e 6 do Passo), ou na de Vale Carneiro (Anta 4 de Vale Carneiro), evidenciando a sua conspícuo num momento em que a paisagem seria mais profundamente

² Foral de Monsaraz acessível em <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4694053>;

³ Transcrição da Chancelaria de D. Afonso III, Livro I, fl. 135 v., seg. Ventura, Oliveira, 2006: 213.

conhecida, lida e percebida do que hoje, em que os símbolos de ancestralidade são erradicados com denodada indiferença e desconhecimento.

Pela mesma época (1257) surge a menção a uma anta na definição do termo de Montemor-o-Novo, na confrontação, ainda actual, com Coruche (Oliveira, 2001: 41), a qual nos revela um outro dado de relevo. O documento de termo menciona “et inde ad cabezam ubi jacebat centenum et inde ad portum veterem de carraria veteri de Caya et inde recte ad Antoaz (?) et inde ad locum quam vocitant de donno Martino Lupiz et inde quomodo venit per semedarium de Vite et inde ad m[sic]autam d’ Chafaliar”⁴, a qual se reporta claramente à anta do Chapelar, demonstrando a grande antiguidade da atribuição toponímica, como acto fundador de uma paisagem que permanece até hoje. Alguns quilómetros a sudeste, ainda que se desconheça qualquer menção antiga, também a Anta 4 da Aldeia de Bertianos se localiza justamente na divisão do concelho de Coruche com o de Arraiolos. É ainda o caso da Anta da Caeira entre os Concelhos de Arraiolos e de Mora. Todavia, neste caso, como a reforma administrativa marcou a extinção de muitos antigos concelhos, como os de Pavia e de Vimieiro, é necessário alguma cautela e análise mais aprofundada.

A Carta de couto da herdade de Alvito (1260), contemporânea da anterior documentação, contém a referência a uma anta, que presumimos poder ser a Anta de Valongo (CNS 22136) ainda hoje no concelho de Alvito, cerca da fronteira entre os distritos de Beja e Évora, tal como à época, quando os concelhos de Alvito e de Viana do Alentejo ainda não existiam, mas já aqui se separavam os termos daquelas cidades. Nesse mesmo documento se encontra, talvez, a mais antiga referência a um menir, assinalando-se “Videlicet de patrono de Marcabron eundo directe per marcos ad patronum qui stat prope rivum de Udivelis...”, sendo, segundo se crê, o menir de Mau Cabrão (CNS 6324), por padrão situado junto ao limite dos concelhos, então ainda inexistentes, de Vidigueira e de Cuba.

Este processo continuará durante o reinado de D. Dinis, sendo que a desafectação de parte do território do concelho de Evoramonte para a criação do concelho de Redondo, em 1318, leva a nova menção a uma anta, uma vez mais utilizada como suporte de marca delimitadora: “(...) anta do alocasto da mamoa hu fezerom hũa cruz na pedra da dicta anta descontra o Redondo” (Coelho, 2024: 349). Em Redondo procurou-se identificar qual seria o sepulcro a que se reportaria o documento, ainda que as alterações sofridas no limite concelhio a Poente, através da integração da freguesia do Freixo pelo desmembramento do concelho de Evoramonte, em 1832, na sequência da guerra civil, não facilitasse a tarefa. A identificação de uma pedra com covinhas e cruciformes no alto do Paço durante os trabalhos da Carta Arqueológica de Redondo (Calado e Mataloto, 2001: 70) serviu como indício da proximidade da mesma. Esta pedra surge na proximidade da Anta do Paço, a qual julgámos inicialmente poder corresponder à mencionada no foral (Mataloto, 2019: 32), dado o seu destaque na paisagem. No entanto, trabalhos de campo posteriores permitiram verificar que a anta mencionada corresponde ao sepulcro inédito da Anta 7 do Colmeeiro, na qual, sobre a tampa disposta em cutelo, “*descontra o Redondo*”, se documentou a presença de um cruciforme. Um outro cruciforme, também com covinhas, foi registado na Herdade da Maroteira (Calado e Mataloto, 2001: 44), devendo também coincidir com o limite do concelho de Redondo. Na verdade, a percepção do território e a construção de uma Paisagem através dos elementos físicos particulares, neste caso afloramentos rochosos nem sempre destacados, conhece semelhanças entre os tempos da Pré-História e os da Idade Média, deixando entrever processos de entendimento e leitura do território comparáveis. De facto, a manutenção de um modo de vida marcado pelo ciclo das culturas e das estações, conduziu à percepção do território de forma convergente, explicada por se tratarem em ambos os casos de sociedades com escassa capacidade de transformação do meio em que viviam.

A Anta 7 do Colmeeiro corresponde a um sepulcro com câmara e corredor de esteios de xisto, com tampa de granito, com uma mamoa relativamente bem preservada. Importa aqui realçar como na documentação medieval a anta e a mamoa são entendidas como duas realidades distintas e complementares, revelando uma percepção atenta do conjunto monumental edificado. Este sepulcro

⁴ Transcrição da Chancelaria de D. Afonso III, Livro I, fl. 135 v., seg. Ventura, Oliveira, 2006: 134.

implanta-se numa linha de cumeeada que claramente marca a paisagem, limitando a visibilidade para Poente a partir da planície na margem Sul da Serra d'Ossa, criando uma barreira visual. Este aspecto deve ter sido de fulcral relevância tanto na Pré-História como na medievalidade, demonstrando uma forma semelhante de percepção do território em duas épocas, de certa forma e à sua maneira, fundadoras da Paisagem.

A percepção destes elementos ancestrais na paisagem medieval surge, na margem da Serra d'Ossa, no testamento de Catarina Pires Folgada, datado de 1408 (Moreira e Calado, 2010), onde se menciona a Herdade de Valdanta, correspondente *lato sensu* à actual propriedade homónima, na qual, de facto, se conhecem os restos de um sepulcro megalítico – *Valdanta* (CNS – 1941). Este é um caso particularmente interessante, na medida em que este sepulcro, que deu nome à herdade, nunca foi terminado (Mataloto, 2019: 39), mas ainda assim foi reconhecido como elemento identitário da herdade, justificado pelo porte da parte edificada do mesmo.

3. A MARCA EREMÍTICA: AS ANTAS DA SERRA D'OSSA

Durante o século XIV dá-se início à ocupação dos ermos da Serra d'Ossa por uma comunidade eremítica, realçando o aspecto liminar deste território onde, adjacente aos principais caminhos naturais de acesso às principais portelas, se concentravam as antas.

Terá sido, uma vez mais, a sobreposição dos espaços criados e ocupados na Idade Média com as paisagens pré-históricas pré-existentes que explica a reutilização da Anta da Candeeira, atestada na intervenção aí levada a efeito (Boaventura *et al.*, 2014). O facto dos restos pré-históricos ali recolhidos – uma conta e dois fragmentos de placa de xisto – provirem do alvéolo do lado sul, misturados com matéria medievais, leva a crer que terá sido então que os esteios do corredor foram arrancados. Reforçando essa ideia, e constituindo prova dessa estreita relação deste monumento com Passado, é a gravação, no verso de um pequeno fragmento de placa, ainda com a decoração original, um signo composto por dois triângulos equiláteros sobrepostos, formando uma estrela de seis pontas, usualmente conhecido como “signo-Salomão”, ou “Saimão”, correspondente a representação muito comum até à actualidade, com forte valor apotropaico e profilático (Martins, *et al.*, 2012).

O facto de as fracturas estarem levemente alisadas, reforça a reutilização medieval daquele pequeno fragmento de objecto pré-histórico. Se tivermos em conta que este signo é popular entre povos que viveram na região em época medieval, nomeadamente judeus, árabes e cristãos, é plausível admitir a sua realização por populações coevas dos eremitas da serra d'Ossa.

A Anta da Candeeira encontra-se precisamente num dos acessos a duas das mais importantes portelas da Serra, São Gens e Meio Mundo, uma vez mais assinalando a entrada num espaço liminar. Efectivamente, tanto quanto é possível verificar na actualidade, existe uma especial concentração das antas das abas da serra d'Ossa nas áreas de afunilamento de passagem e acesso a importantes portelas da serra, demarcando, de certa forma, como o fizeram em época medieval, quer a entrada, ou saída, de um espaço liminar, de fronteira, como se a marca simbólica dos antepassados continuasse ainda a delimitar os espaços dos grupos que depois nos mesmos se fixaram. Por outro lado, a sua concentração em áreas de passagem pode associar-se, como aconteceu ao longo de muitos séculos, à possibilidade de reconhecimento e veneração por parte dos viandantes dos antepassados, como sabemos acontecer na Idade do Ferro ou em época romana, com a instalação dos espaços sepulcrais ao longo dos caminhos.

Estas perspectivas vêm reforçar a noção dos sepulcros megalíticos, em diversos momentos históricos, não apenas como marcadores de territórios, mas igualmente como marcos de ancestralidade que subsistiram em época medieval, como ficou patente no já mencionado foral de Monsaraz. As antas seriam, pois, não apenas marcadores de espaços liminares e de passagem, mas igualmente balizadores de uma espessura de tempo que reforçaria a sinalização dessa zona de transição. Talvez seja esta a razão que impele os autores da carta de foral de Monsaraz não apenas de utilizar a anta como

marcador do limite concelhio, mas igualmente a enunciar ser “*arca de tempo antigo*”, legitimador da sua utilização.

As antas da aba Sul da Serra d’Ossa concentram-se nas áreas de mudança de paisagem, marginando vias naturais de passagem. Este facto fica bem patente no conjunto de sepulcros da Herdade das Casas, Pinheiro e alguns do Colmeeiro. Enquanto a necrópole das antas das Casas, com 5 sepulcros, se concentra no limite da planície, antecedendo as primeiras elevações do patamar que margina a serra, sobre estas, sobranceiros ao plaino, implantam-se sepulcros de médio porte como a Anta do Pinheiro, a anta da Godinha de Cima e a Anta 7 do Colmeeiro, justamente a utilizada para marcar o limite do concelho na Idade Média. Igual processo deverá ter sucedido em outras áreas das abas da serra, como se poder entrever na portela do Convento, ou São Gens, mais a nascente nesta aba Sul da Serra d’Ossa, marcada pela Anta da Candeeira, como já se assinalou, a par de outras desmanteladas em tempo antigo junto ao Convento, como nos foi relatado na Crónicas dos Eremitas da Serra d’Ossa (Frei Henrique de Santo António, 1745: 81-82). Nesta obra de cariz apologético reproduz-se o conteúdo de uma carta redigida por Frei Martinho de São Paulo, em 1571, aquando da visita do rei Dom Sebastião ao Convento de São Paulo da Serra d’Ossa. Até ao momento a dita carta ainda não foi identificada nos arquivos do convento, onde supostamente estava integrada. Tomando-se como válida a sua existência, é de aceitar que uma anta de grandes dimensões existia então dentro da cerca do convento, mas que fora desmontada, contra a vontade de Frei Henrique de Santo António, por ordem do Reitor do convento, dela restando apenas uma cova cinzas e carvões. Na verdade, é certo que uma anta se localizaria próximo de uma das entradas da cerca do convento, tendo-se mantido a sua memória pela designação “Porta da Anta”. Mas além destas duas antas, Frei Henrique de Santo António menciona a existência de “outra mais pequena chamada a Antinha junto à entrada do sítio, em que hoje está fundado o Mosteiro, no lugar da qual está hoje hum fonte, que para memoria conserva o mesmo nome da Antinha” (Frei Henrique de Santo António, 1745: 84). Apesar dos trabalhos de prospecção realizados não foi possível descobrir indícios da existência de qualquer um destes sepulcros. Contudo, quer a presença da Anta da Candeeira, situada à entrada do vale que se dirige para a portela em que se encontra o convento, quer a identificação recente de um outro sepulcro ao longo do caminho que se dirige daquela anta para Norte, parece reforçar a verosimilhança de existência de sepulcros destruídos na envolvente do convento, complexo arquitectónico de grandes dimensões, cuja edificação, a par da sua enorme cerca, careceria de abundante pedra e modulação do terreno que facilmente poderia ter conduzido ao desmantelamento daqueles sepulcros pré-históricos.

A passagem da “Chronica dos Eremitas da Serra d’Ossa” que se reporta às antas surge enquadrada num contexto mais alargado do entendimento da realidade envolvente canalizando-se o conhecimento que se havia do terreno para, de forma apologética, demonstrar que certos acontecimentos do passado, relatado pelos autores clássicos, haviam ocorrido justamente ali, nas terras do convento, aumentando o seu prestígio. Assim, os vestígios de ocupação humana pré-histórica conhecidos nos pontos mais elevados da Serra d’Ossa, desde logo se associaram às deambulações de Viriato e de Sertório na região, relatadas nas fontes clássicas (Frei Henrique de Santo António, 1745: 75 e 82), sendo o Alto de São Gens associado ao célebre Monte Vénus, reduto de Viriato, de onde saiu a dar combate aos romanos:

(...) sendo a Serra de Ossa em tudo acomodada ao intento, e onde se divisão ainda hoje os alojamentos, que fez Viriato no monte de S. Gens, e aparecem os vestígios, que são tão grandes, e capazes, que dentro deles se podia alojar hum exercito de mais de quarenta mil homens, com toda a sua bagagem, e correm da mesma torre de S. Gens até defronte da cerca de Vale de Infante, e até ao Castelo Velho, tomando de hum, e outra parte da serra, onde Viriato esperou ao exercito Romano, e dahi desceo a dar-lhe batalha: como se manifesta também das muitas Antas, que estão ainda em nossos tempos ao redor, e fraldas desta serra, cujos sítios conservão hoje os nomes das ditas Antas. (Frei Henrique de Santo António, 1745: 81).

As já citadas antas foram então entendidas como altares sacrificiais:

Dentro da cerca do nosso Convento da Serra esteve huma, que eu ainda alcancei, tão grande, que o Reitor, que então era do dito Convento, mandou contra o meu voto derrubar para se aproveitar da muita pedra, que tinha, ficando ahi de presente a cova, donde se tirarão as pedras; e juntamente sinal das cinzas, e carvoens de fogo, com que se fazião os sacrificios; e da outra, que estava fora da cerca persevera huma porta da mesma cerca que se chama a porta da Anta. E estas Antas he certo, que erão as aras, ou altares, em que os vencedores passada a batalha offerecião sacrificio a seus Deoses em gratificação da vitória alcançada ou antes, para os terem propícios na guerra. (Frei Henrique de Santo António, 1745: 82).

Ambas as passagens remetem para um tempo ainda muito longe das raízes do pensamento arqueológico que viria a emergir mais tarde. Efectivamente, quer as observações sejam do século XVI e ainda um reflexo do espírito renascentista, quer sejam já do século XVIII e resultem da emergência do gosto neoclássico, num grupo onde o estudo dos textos clássicos se manteve, representam uma época de transição, consubstanciada em Portugal pelo notável ensaio sobre as antas da autoria de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença Homem, mais conhecido por Martinho de Mendonça, apresentado doze anos antes à Academia Real da História (Mendonça, 1733). O autor, por observações que efectuou da própria superfície dos esteios da antas que então visitou, concluiu não terem as mesmas sido feitas com instrumentos de ferro, pois não conservavam vestígios do seu uso, sendo por isso muito mais antigas do que a época da invasão romana, associando-as a povos de origem semita. As ilacções então apresentadas pelo ilustre académico, revelam o pensamento pré-científico dos eruditos setecentistas, que renunciou a emergência da Arqueologia no século XIX (Cardoso, 2022). Também neste sentido concorre a observação directa dos vestígios observados no terreno em resultado da destruição da anta outrora situada na cerca do convento da Serra d’Ossa: ali foi possível atestar a presença de cinzas e carvões cuja interpretação configura pensamento dedutivo: “(...) ficando ahi de presente a cova, donde se tirarão as pedras; e juntamente sinal das cinzas, e carvoens de fogo; com que se fazião os sacrificios; (...). Estas Antas he certo, que erão as aras, ou altares, em que os vencedores passada a batalha offerecião sacrificio a seus Deoses (...)” (Frei Henrique de Santo António, 1745: 82). Se as observações realizadas no terreno estavam certas, as conclusões delas decorrentes teriam ainda de esperar quase um século para se afirmarem na sua verdadeira dimensão...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, PEDRO A. (1906-1910) [2003] – *Livro dos Bens de D. João de Portel: cartulário do século XIII*. Lisboa: Colibri, Câmara Municipal de Portel.
- BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R.; MOITA, P.; PEDRO, J.; PEREIRA, A. (2014) – O “dólmen furado” da Candieira (Redondo): Novas investigações no século 21. *Actas VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*: 5372.
- CALADO, M.; MATALOTO, R. (2001) – *Carta Arqueológica do concelho de Redondo*. Redondo: Câmara Municipal de Redondo.
- CARDOSO, J. L. (2022) – Os estudos arqueológicos na Academia Real da História. In MENDONÇA, M.; REIS, F. (coord.), *300 anos da fundação da Academia Real da História Portuguesa e do Alvará de lei de 1721*. Lisboa: Academia Portuguesa da História: 187-235.
- COELHO, M. H. (2022) – *Forais de D. Dinis*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SANTO ANTÓNIO, FREI HENRIQUE DE (1745) – *Chronica dos Eremitas da Serra de Ossa*. Lisboa: Oficina de Francisco da Silva.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura (reeditado por Uniarq/INIC, 1985).
- MATALOTO, R. (2007) – Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no posmegalitismo altoalentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10 (1): 123140.
- MATALOTO, R. (2019) – Valdanta: o vale da anta que nunca foi... *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 22: 3142.
- MATALOTO, R.; PEREIRA, A. (n.p.) – *De Tempore Antico: Carta Arqueológica de Reguengos de Monsaraz*. Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.

- MARTIÑON-TORRES, M. (2001) – Los megalitos de término. Crónica del valor territorial de los monumentos megalíticos a partir de las fuentes escritas. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 58 (1): 95108.
- MARTINS, A.; LOPES, G.; SANTOS, H.; PEREIRA, M.; LIBERATO, M.; CARPETUDO, P. (2012) – O registo arqueológico de uma superstição: o signo-Salomão no Alentejo – séculos XV-XVIII. In TEIXEIRA, André.; BETTENCOURT, A. (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. CHAM, Vol. 1, p. 579-582.
- MOREIRA, I.; CALADO, J. (2010) – *Testamento de Catarina Pires Folgada (1408)*. Redondo: Santa Casa da Misericórdia.
- OLIVEIRA, C. (2001) – *Lugar e Memória. Testemunhos Megalíticos e Leituras do Passado*. Lisboa: Ed. Colibri.
- VENTURA, L.; OLIVEIRA, A. R. (2006) – *Chancelaria de D. Afonso III*. Livros I e II. Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0411-4>
- VENTURA, L.; OLIVEIRA, A. R. (2011) – *Chancelaria de D. Afonso III*. Livros II e III. Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0221-9>